



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

**DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.
010/2023/CPLO/SUPEL/RO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0020.084523/2022-86/PGE/RO

OBJETO: Reforma do Imóvel que sedia a Procuradoria Regional de Vilhena - PRV/PGE-RO, no município de Vilhena-RO.

DATA DA SESSÃO: 22.08.2023

HORÁRIO: 10h

Aos **vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três às dez horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 05 de 16 de janeiro de 2023**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **JRP ENGENHARIA LTDA EPP**, contra decisão da Comissão de Licitação que a inabilitou em Ata de Reunião de 03.08.2023, e disponibilizado no site endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel na mesma data, e contrarrazões de recurso apresentadas pelas empresas **B. DE ALCANTARA MOURÃO e EVOLUTIVA CONSTRUÇÕES E COMERCIAL LTDA**.

I- DAS PRELIMINARES

- 1.) Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **JRP ENGENHARIA LTDA EPP**, contra o resultado do julgamento da documentação de habilitação referente à **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 010/2023/CPLO/SUPEL/RO**.
- 2.) CONTRARRAZÕES – as empresas **B. DE ALCANTARA MOURÃO e EVOLUTIVA CONSTRUÇÕES E COMERCIAL LTDA** apresentaram tempestivamente suas contrarrazões de recurso.
- 3.) Recurso administrativo com base na Lei Federal nº 8.666/93.

II- DAS FORMALIDADES

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Aviso de Recurso ID (0040825763) e o recurso administrativo na íntegra no “site” da SUPEL – www.rondonia.ro.gov.br/supel.

III- DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **JRP ENGENHARIA LTDA EPP**, insurge-se contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou no presente certame sob a seguinte justificativa: (...) *por não comprovar qualificação técnica operacional para o serviço de "Execução de Forro modular termo acústico, inclusive estrutura de fixação", bem como não comprovar quantitativo mínimo para qualificação técnica operacional do serviço de "Execução de Guarda-Corpo", descumprindo, parcialmente, o exigido no item 15.3, alínea "d" do Edital (...)*

1) a empresa requerente afirma que no que tange a "(...) execução de forro modular termo acústico, inclusive estrutura de fixação" constata-se do edital que era exigido a comprovação da execução de serviços de, no mínimo, 181,00 m²(...) ". Segundo ela, o atestado de capacidade técnica apresentado juntamente com a documentação de habilitação comprova a execução do serviço exigido na quantidade de 277,58m², ou seja, em quantitativo superior ao exigido no edital.

2) no retromencionado atestado consta como descrição execução: fornecimento e instalação de placa acústica sonex illtec perfilado 25/35 – será instalado nas paredes e forro da lada de música e estúdio.

3) com relação ao serviços de " Execução de Guarda-Corpo" o quantitativo exigido na alínea "d" item 15.3 do edital é de 11.,56 m².

4) alega a empresa requerente que o atestado de capacidade técnica emitido pela Balconi & Balconi Ltda acostado aos autos, comprova a execução de guarda-corpo 15.84m², ou seja, quantitativo superior ao exigido pelo edital.

Nesse contexto, a empresa **JRP ENGENHARIA LTDA EPP** pugna pelo provimento do recurso interposto, e que a Comissão de Licitação reforme a decisão anteriormente proferida em ata, habilitando-a no presente certame.

IV- DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO B. DE ALCANTARA MOURÃO

1) a empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO** alega que o recurso interposto pela requerente não merece acolhimento. Segundo a empresa recorrida os serviços apresentados pela empresa JRP ENGENHARIA LTDA EPP não comprovam qualquer similaridade com o serviço de "Execução de Forro modular termo acústico, inclusive estrutura de fixação" exigidos no edital.

2) Relata que ao compulsar a documentação de habilitação apresentada pela empresa requerente, foi constatado que a mesma promoveu a instalação de um guarda-corpo com quantidade mínima acima da exigida pelo edital, porém o item não atende ao prazo mínimo de execução, ou seja, 15 (quinze) dias.

Sendo assim, a empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO** requer a manutenção da decisão da CPLO anteriormente proferida em ATA do dia 03.08.2023, onde a empresa **JRP ENGENHARIA LTDA EPP** foi inabilitada.

V- DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO EVOLUTIVA CONSTRUÇÕES E COMERCIAL LTDA

1) a empresa **EVOLUTIVA CONSTRUÇÕES E COMERCIAL LTDA** alega em suas contrarrazões que o atestado de capacidade técnica emitido pela empresa A C CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM EIRELI em favor da requerente deve ser desconsiderado, vez que a empresa requerente fora subcontratada para a execução dos serviços exigidos no presente certame.

2) Segundo a empresa recorrida o atestado é decorrente de subcontratação total de obra, e que segundo o TCU é classificado como irregular.

REQUER seja mantida a inabilitação da empresa requerente **JRP ENGENHARIA LTDA EPP** no presente certame.

VI- DA ANÁLISE DOS FATOS quanto ao RECURSO:

Após analisar o recurso administrativo e a contrarrazão interpostos, a Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, **DECIDIU MANTER sua decisão proferida em Ata do dia 03.08.2023**, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, vinculado as condições do edital. Senão vejamos:

Vejamos o que o edital exige para comprovação de aptidão técnica operacional:

15.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

d) Atestado de Capacidade Técnica – ACT em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação, contendo, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:

ESPECIFICAÇÕES	METRAGEM MÍNIMA	PERÍODO MÍNIMO
Execução de aplicação e lixamento de massa látex em paredes	1.113,09 m2	15 Dias
Execução de instalação de revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato	325,93 m2	15 Dias
Execução de telhamento com telha metálica	176,02 m	15 Dias
Execução de Forro modular termo acústico, inclusive estrutura de fixação	181,03 m2	15 Dias
Execução de Guarda-Corpo	11,56 m2	15 Dias

A empresa requerente **JRP ENGENHARIA LTDA EPP** incorre em erro ao afirmar em seu recurso administrativo que a execução de FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ACÚSTICA SONEX ILLTEC PERFILADO 25/35 - SERÁ INSTALADO NAS PAREDES E FORRO DA SALA DE MÚSICA E ESTÚDIO, apresentado na sua qualificação técnica operacional supriria a exigência editalícia.

Vale ressaltar a existência de diferença entre a instalação de Placa Acústica Sonex Illtec com a instalação de Forro Modular Termo Acústico, senão vejamos:

A Placa Acústica Sonex Illtec é instalada diretamente nas paredes ou tetos (forros existentes) do ambiente, caracterizando um revestimento aplicado sobre uma superfície desejada. Ela pode ser fixada usando adesivos específicos ou sistemas de encaixe. Já o Forro Modular Termo Acústico consiste em painéis modulares que podem ser feitos de diferentes materiais, incluindo lã mineral, lã de vidro ou outros isolantes termoacústicos, que são instalados de forma suspensa abaixo do teto original utilizando uma estrutura de fixação metálica, geralmente em forma de perfis em T ou outros sistemas, mantendo os painéis modulares no lugar. Em suma, a principal diferença entre as Placas Acústicas Sonex Illtec e os Forros Modulares Termo Acústicos está na forma como são aplicados e em suas funções principais. As placas acústicas são focadas na melhoria da qualidade sonora e são instaladas diretamente nas superfícies, enquanto os forros modulares são suspensos abaixo do teto e visam melhorar tanto a acústica quanto o isolamento térmico do ambiente.

A Comissão de Licitação ao analisar as contrarrazões de recurso apresentadas pela empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO** entende que todos os argumentos ali contidos tem procedência.

Com relação aos argumentos auferidos pela empresa **EVOLUTIVA CONSTRUÇÕES E COMERCIAL LTDA** em suas contrarrazões alegando que o atestado de capacidade técnica emitido pela empresa A C Construções e Terraplanagem Eireli em favor da empresa requerente deva ser desconsiderado, vez que os serviços exigidos executados decorrem da subcontratação informamos que o edital que rege o presente certame não veda essa ação.

A empresa recorrida menciona que o TCU qualifica como irregular a subcontratação total. Porém ao analisar o documento de atestado de capacidade técnica emitida por pessoa jurídica de direito privado a Comissão de Licitação não tem como mensurar os termos da subcontratação, a CPLO não entra nessa seara, o que buscamos é a comprovação da aptidão técnica operacional da empresa participante do certame em tela. A redação contida no item 15.3 alínea “d” do edital é clara ao estabelecer (...) **Atestado de Capacidade Técnica – ACT em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado (...)**

Acerca da inabilitação da requerente por falta de comprovação de quantitativo mínimo para qualificação técnica operacional do serviço de “ Execução de Guardo-Corpo” previsto no item 15.3 alínea “d” do edital:

Compulsando os autos, a CPLO certificou-se que o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa requerente acostado aos autos ID (0040476280) fls. 66, consta a descrição de execução de guarda corpo 14,40m x 1,10m 15,84 m² período de execução 21.07.2023 à 28.07.2023, perfazendo o total de 07 (sete) dias, descumprindo o período mínimo exigido no edital que é de 15 (quinze) dias.

O posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b): “As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, **devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado.** (Grifo nosso)”

VII – DA CONCLUSÃO:

De tudo quanto dito, esta Comissão de Licitação conhece o Recurso Administrativo interposto, para **negar-lhe provimento**, MANTENDO a decisão anteriormente proferida em Ata de Reunião datada em 03.08.2023. **INABILITADAS** as empresas **BP CONSTRUTORA E METALURGICA MORAES e JRP ENGENHARIA LTDA EPP e HABILITADAS** as empresas **EVOLUTIVA CONSTRUÇÕES ECOMERCIAL LTDA e B. DE ALCANTARA MOURÃO**. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada, assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho/RO, aos **vinete e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três às dez horas e quarenta minutos**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

SAMIR PAIVA DO ESPÍRITO SANTO

Membro

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 23/08/2023, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 23/08/2023, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espirito Santo, Membro**, em 24/08/2023, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0041059896** e o código CRC **57117837**.
